

AUTOGESTÃO NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães/PUCRS; Mest. Rochele Pedroso de Moraes/PUCRS, Mestranda Daniela Arns/PUCRS
gleny@pucrs.br, rochelepmoraes@hotmail.com, daniela.arns@yahoo.com.br
BPA/PEC-DES/PUCRS, CNPq, CAPES
GT 8 - Desafios da autogestão

Resumo: Este artigo pretende demonstrar alguns entraves vivenciados por trabalhadores de empreendimentos solidários no exercício da autogestão, como a participação destes na organização dos espaços de produção, comercialização e formação. Abordaremos também, sobre os espaços de representatividade de Economia Solidária, que são pouco ocupados por estes trabalhadores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com empreendimentos que participam de Feiras de Economia Solidária. Concluímos que a autogestão ainda está em processo de construção, pois nem sempre se efetiva através dos espaços de participação na esfera da sociedade civil e na representatividade do órgão público.

Introdução

Heterogestão está presente na sociedade capitalista como a forma mais conhecida, que através da hierarquização, burocratização, centralização do poder e das decisões mantém e reproduz o modo de produção existente. Cria uma cultura predominante, onde as pessoas se acostumam com esta forma de gestão e passa ser absolutamente corriqueiro de forma que é introjetado na vida das pessoas, sem ser percebido. Se está introjetado as pessoas não se questionam sobre esse tipo de gestão, reproduzindo esta lógica nas esferas do particular, do profissional, do familiar, em todas as esferas da vida cotidiana. Mas o mais importante é que também reproduzem as relações sociais no formato da sociedade capitalista.

Se torna um grande desafio romper com esta lógica e pensar na possibilidade da autogestão diante de uma sociedade que cultural e ideologicamente incorpora a heterogestão, como princípio básico de suas relações. Desafio que se torna complexo porque estas formas de gestão estão associadas a um tipo de concepção de sociedade, do que é direito, do que é liberdade e do que é justiça. Como as pessoas podem romper com esta lógica e esta prática? Só existe um meio: rompendo com a forma de pensar a estrutura da sociedade, seus meios e formas de reprodução social, ou seja, sua oposição é a autogestão que pressupõe a busca de uma relação social sem exploração e desigualdade social.

Não basta romper com a lógica, pois todas as práticas apreendidas ao longo da vida não oportunizaram o aprendizado da autogestão, ao contrário, a competição e ser o

melhor, sempre foi o lema a ser desejado e alcançado. Então como apreender a prática autogestionária numa sociedade heterogestionária? Como pensar uma sociedade melhor? O movimento da economia solidária partilha deste ideal.

Apresentamos alguns resultados de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório realizado com empreendimentos que participavam das Feiras de Economia Solidária.

Autogestão como pilar da Economia Solidária

Flach (2011) sustenta que a autogestão é um dos princípios mais importantes da Economia Solidária, trazendo uma nova perspectiva para as relações mercantis. Por esta razão, reservaremos um tempo inicial falando sobre a origem da autogestão, bem como, tudo aquilo que podemos apreender sobre ela.

Flach (2011) menciona que o conceito de autogestão surgiu a partir de Karl Marx e Pierre Proudhon. Afirma que apesar destes autores não terem abordado o conceito propriamente dito, trabalhavam dentro da lógica do associativismo, criando novas formas de pensar e agir frente ao modelo capitalista e trazendo à tona, na visão de Gutierrez (1988), as formas de organização das lutas operárias.

Nascimento (2014) aponta que a autogestão aparece no Brasil como uma prática social de emancipação. Ele cita dois movimentos importantes no nordeste brasileiro: o Quilombo dos Palmares (1690-1695) e a Guerra dos Canudos (1896-1897). No primeiro, houve a luta dos negros pela sua liberdade e, no segundo, uma organização coletiva que lutava contra a seca e o poder exercido pelos coronéis. Ambos os movimentos eram uma forma de resistência dos oprimidos frente ao sistema de poder vigente tendo como forma de organização a autogestão.

Já Lechat e Barcelos (2008) afirmam que no Brasil, a ideia de autogestão surgiu no movimento anarquista libertário, onde o movimento trotskista defendia a autogestão presente nos conselhos operários. Na década de 1940, alguns socialistas oriundos do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e trotskismo elegeram como pauta o debate sobre a alternativa proposta pela autogestão, exemplificado pelo conteúdo divulgado no jornal Vanguarda Socialista.

Nascimento (1999 apud Flasch 2011, p.381) explicita que a autogestão no Brasil se dividiu em três fases: a primeira, no final dos anos 70, versava sobre comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores. A segunda fase ocorreu no início dos anos 80 e tratava da

experiência da autogestão nos países do Leste Europeu, principalmente na Iugoslávia. O autor localiza a terceira fase nos anos 90, nos debates sobre a economia solidária.

Lechat e Barcelos (2008) explicam que a palavra autogestão significa primordialmente a capacidade das pessoas se organizarem de forma direta e democrática sem o auxílio de dirigentes. Ou nas palavras de Benini e Benini (2010), seria a organização do trabalho sem a presença de um patrão.

Flach (2011) retrata em seu artigo, três conceitos de autogestão utilizados por diferentes autores. Começando pela mais antiga, está a definição de Proudhon (1923) que fala sobre uma sociedade baseada na autonomia de grupos nos processos administrativos, exigindo alguma coordenação e diminuindo a hierarquização, uma sociedade que tenha autonomia nas suas funções políticas e econômicas de produção. Em seguida, existe a definição de Marx (1974) de que a autogestão é uma forma de associativismo, de um novo modo de agir frente às disfunções do modelo capitalista. E por fim, a concepção de Lima (2011), de que a autogestão está ligada ao exercício do poder coletivo enquanto gestão social, baseada no empreendedorismo, autonomia, associativismo e princípios sociais.

Albuquerque (2003) explicita que a autogestão apresenta uma forma de organização de ação coletiva e, além disso, é multidimensional – social, econômica, política e técnica. Enquanto dimensão social, este autor refere que autogestão proporciona ações e resultados para todas as pessoas que dela dependem; na dimensão econômica, é dado mais valor ao trabalho do que ao capital, configurando uma relação social de produção; na dimensão política, é criado um sistema de representação norteado por princípios que valorizam as tomadas de decisão por meio da construção coletiva, respeitando as diferentes forças existentes dos atores envolvidos na organização; e quanto à dimensão técnica, permite que se construa outra forma de organização e divisão do trabalho.

Esteves (2013) argumenta que o cotidiano de uma cooperativa industrial sob a égide da autogestão é diferente de outros processos organizativos, justamente pelo fato de que existe um controle dos trabalhadores sobre todo o processo da empresa. E esse controle percorre o processo de trabalho, a gestão coletiva da empresa e a necessidade de negociação entre todos os integrantes para as tomadas de decisões. Esse cenário, na visão de Benini e Benini (2010) permite que os integrantes de um empreendimento vivenciem um tipo de gestão cujo funcionamento envolva o exercício de serem trabalhadores e ao mesmo tempo patrão de si próprios, ou seja, trabalhadores donos do meio de produção.

Gaiger (2006) refere que a principal distinção de uma empresa autogestionária para uma empresa capitalista é a indivisibilidade entre capital e trabalho, de modo que as mesmas pessoas que se apropriam do excedente produtivo são as mesmas que decidem sobre seu destino e a finalidade desses recursos. Portanto, não há divisão de trabalho entre proprietários, gestores e trabalhadores, todas essas funções são assumidas pelos próprios trabalhadores.

Flach (2011) anuncia que a dinâmica das relações de poder nas organizações autogestionárias envolve estruturas hierárquicas mais flexíveis e horizontais, ampliando assim as possibilidades de tomadas de decisões. Além disso, esse tipo de gestão possui características marcantes, como: “elevado grau de autonomia do trabalhador, trabalho flexível, ação coletiva, cooperação, democracia, ideais de transformação social e propostas alternativas frente ao desemprego” (p.380).

Singer (2003) sustenta que o funcionamento de um empreendimento solidário na perspectiva da autogestão possui vantagens: existe maior transparência, pois as informações estão disponíveis e circulam mais entre os trabalhadores, reduzindo, por consequência, os conflitos de interesses e as tomadas de decisões são feitas por meio de assembleias periódicas.

Gutierrez (1988) explica que a autogestão incentiva o diálogo entre os trabalhadores e exige que as tomadas de decisões sejam feitas de forma coletiva, proporcionando que o conhecimento circule entre todos para que haja um consenso para a ação prática. Isso exclui qualquer possibilidade de autoridade burocrática ou de hierarquia. Contudo, este mesmo autor ressalta que pode existir dentro de empreendimentos autogestionários relações de autoridade consentida, em razão de alguns membros do grupo possuírem mais experiência e respeito dentre os demais.

Gutierrez (1988) atenta também para o fato de que a autogestão tende a diminuir o processo de alienação intelectual do trabalhador, uma vez que existe uma adoção de formas mais participativas dentro do empreendimento, com rodízio de funções e um enriquecimento de tarefas. De forma que não há como desconsiderar a potência criadora e transformadora que este contexto proporciona.

Entraves na autogestão

Contudo, a autogestão está longe de se consolidar como prática predominante em nossa sociedade capitalista. Trata-se de um processo insipiente e em construção. Tendo isso em mente, nos concentraremos aqui em falar sobre os entraves que permeiam o processo autogestionário.

Onuma, Mafra e Moreira (2012) informam ser muito difícil a implantação da autogestão. Mazzei (2006) concorda com isso ao explicar que os ideais presentes na autogestão, como democracia e solidariedade, conflitam diretamente com valores competitivos, tão presentes na nossa sociedade. Nicolletti (2011) acrescenta ainda que a superação da cultura hierarquizada, de ordem e obediência, nem sempre é alcançada.

Um entrave presente se refere à abrangência da autogestão. Sguarezi (2011) mostra, em sua pesquisa, que a autogestão está circunscrita à realidade interna dos empreendimentos econômicos solidários. Este mesmo autor acredita que a autogestão deveria dialogar mais estreitamente com outros movimentos sociais, ser mais apropriada pela sociedade e alcançar a consciência de cidadania de homens e mulheres. Esse autor revela ainda que o desenvolvimento pleno da autogestão está relacionado diretamente ao tamanho do empreendimento, ou seja, de que existe uma facilitação dessa prática quando os empreendimentos são menores.

Outro ponto levantado por Singer (2002) é a respeito da formação em autogestão, uma vez que ela implica num pensar e agir coletivo e solidário que é totalmente contrário à lógica do sistema capitalista. Mas este mesmo autor aprofunda essa questão ao ressaltar que a maioria das pessoas que compõe os empreendimentos econômicos solidários são pessoas que viveram a exclusão social, muito em parte por não ter tido uma base educacional consistente e adequada para conseguirem se inserir no mercado formal de trabalho. Por esta razão, Singer (2002) mostra que existe o perigo de que as pessoas acabam se inserindo nos empreendimentos por falta de opção, e não porque realmente estão de acordo com a lógica exercida por ela. A esse fenômeno ele denomina de caráter intersticial da Economia Solidária.

Singer (2002) e Tucci (2012) apontam que um dos maiores inimigos da autogestão seria a falta de participação e desinteresse dos integrantes de um empreendimento econômico solidário. E isso geralmente ocorre, na visão de Singer (2002), quando não há formação e informações suficientes sobre a importância da participação, onde as pessoas podem acabar se acomodando, deixando que outros falem e decidam por si. Por esta razão, este mesmo autor insiste na importância da formação em autogestão, para que as pessoas

possam se apropriar de todos os processos que viabilizam o exercício da democracia e quebrem com a lógica adotada pela heterogestão.

Verardo (2005) afirma que a carência de legislação e políticas públicas específicas para empreendimentos econômicos solidários também é um elemento importante a ser considerado quando tratamos das dificuldades existentes no processo autogestionário, uma vez que a legislação existente não consegue alcançar as peculiaridades dessa nova forma de organização. A prática da autogestão, na visão deste mesmo autor, deve ser apropriada cotidianamente pelos trabalhadores com o apoio dos órgãos fomentadores, do poder público, da sociedade civil.

Desafios na autogestão

A partir do detalhamento desses entraves, podemos pressupor que são muitos os desafios existentes quando pensamos na autogestão. Lechat e Barcelos (2008) sinalizam de antemão que se trata de um processo em constante gestação, exigindo muita prática, persistência e vigilância. Por isso, esmiuçaremos por ora, alguns desafios que se fazem presentes no cotidiano dessa forma de organização.

Um dos maiores desafios da autogestão é justamente a sua apropriação e seu exercício dentro do empreendimento e até mesmo fora dele. Lechat e Barcelos (2008) comentam que muitos projetos são solidários e cooperativos, mas não necessariamente chegam a ser autogestionários. Gutierrez (1997) explica que sair da lógica capitalista que veta a liberdade e a flexibilidade – atitudes tão importantes na autogestão – acaba por desafiar seu aperfeiçoamento.

Outro ponto relevante está no fato de que as práticas da autogestão estão inseridas dentro de um Estado que funciona pela lógica do mercado. Isso faz com que os sujeitos sejam colocados num campo de disputas, entre o que o movimento autogestionário propõe e o que o Estado quer, ou, melhor dizendo, o que o mercado quer. O desafio está justamente em se desvencilhar desse emaranhado de disputas e construir uma possibilidade de organização livre daquilo que o capital exige. (SGUAREZI, 2011).

Mazzei (2006) aponta ainda que o valor social agregado é muito valorizado dentro da Economia Solidária, mas passa a ser visto como insuficiente na economia capitalista. Logo, os empreendimentos autogestionários que funcionam sob a lógica da solidariedade e

da valorização do indivíduo entram em choque com os valores desse sistema capitalista em que estão inseridos, que cria um ambiente altamente competitivo e individualista.

Sguarezi (2011) detalha que a lógica hegemônica capitalista constrói uma educação para o emprego e não para o trabalho, ou seja, para o mercado e não para uma plenitude pessoal e social. E que a autogestão, pelo contrário, enfrenta essa contradição ao resgatar os laços de confiança, ao reinventar o ser humano pelo seu encontro com o coletivo e com a comunidade. Além de promover um reencantamento do ser humano, ressignificando o trabalho e o sentido da vida para as pessoas. Deste modo, a autogestão se coloca como uma alternativa, como um embrião de coisas novas. E seu desafio é justamente conseguir se consolidar.

Sguarezi (2011) fala que transcender da heterogestão para a autogestão é um desafio imenso, quase como assumir uma democracia como modo de vida. Exige a superação do trabalho hierarquizado, o exercício consciente de participar da tomada de decisão, reflexão e atitude criativa e coletiva, vontade política do empreendimento e de seus integrantes. Enfim, “é um desafio para os trabalhadores que historicamente foram submetidos a relações de trabalho subordinadas ao capital”. (SGUAREZI, 2011, p.198).

Sguarezi (2011) pondera ainda que existe uma cultura do explorador muito presente e arraigada na mente dos trabalhadores. E que somente com o processo de formação, os trabalhadores podem ter consciência dessa contradição, e ir desconstruindo essa lógica para dar lugar a relações de trabalho mais solidárias e com decisões em caráter mais coletivo.

Movimento Social da Economia Solidária

A Economia Solidária é uma forma de organização da sociedade civil na busca por espaços de trabalho, que garantam o provimento de suas necessidades básicas. Surge no Brasil na década de 1980, como estratégia socioeconômica dentro do sistema capitalista. O Movimento Nacional de Economia Solidária surge em 1999 como estratégia de resistência, através da organização coletiva dos trabalhadores, no enfrentamento aos entraves vivenciados no cotidiano de trabalho. Para Schiochet (2012):

Os movimentos sociais correspondem ao conjunto de ações e lutas coletivas nas quais as pessoas, a partir das posições que ocupam se apresentam como sujeitos ao explicitar as situações, relações e estruturas sociais (nas quais vivem) como questões geradoras de conflitos e

mobilização que exigem alguma transformação. (SCHIOCHET, 2012, p. 19).

Os trabalhadores inseridos na Economia Solidária tiveram suporte formativo do Movimento Nacional dos(as) Catadores(as) de Materiais Recicláveis – MNCMR, e de outros movimentos sociais, como o sindical, de luta pela terra e reforma agrária, que já contavam com experiências. A forma de organização dos trabalhadores em Economia Solidária ocorreu, porque houve organização e formação política. Marx (2002, p.36-37) traz que a sociedade civil revolucionária tem na sua base estrutural a busca pelo suprimento das necessidades, do trabalho, de interesses coletivos, como forças sociais e políticas intrinsecamente. É o chamado por Marx (2002) de homem abstrato, que busca a emancipação humana por meio das lutas coletivas. O homem como um ser genérico, um Ser Social.

Marx (2002) enfatiza o processo de alienação que ocorre com o trabalhador em relação a mercadoria por ele produzida, na coisificação estabelecida nessa relação de estranhamento, de não reconhecimento de si na produção de riqueza a serviço do capital:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, quanto maior o número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo a ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2002, p. 111).

O homem alienado se escraviza na relação com o objeto produzido por ele, mantendo-o como “sujeito físico na condição de trabalhador e só é trabalhador na condição de sujeito físico”, um trabalho que o homem não se reconhece, que não lhe pertence, mas “a outro”. (MARX, 2002, p.113-114). A diferença do homem para o animal está no reconhecimento da sua atividade por meio da razão. Marx (2002, p.16) refere que “o homem faz da sua atividade vital o objeto da vontade e da consciência”. Marx (2002, p. 140) traz que o indivíduo é o “ser social”, pois a manifestação da sua vida está ligada a de outros homens, e que é um “ser objetivo”, ou seja, um “ser real”, constituído no processo histórico.

Behring (2009, p. 71) refere à sociedade civil como um “território das relações econômicas e sociais privadas, da luta de classes, da disputa de hegemonia, da

contradição”. Vivemos no período ampla abertura do mercado com redução do papel e das funções do Estado. As relações humanas no campo do trabalho formal sofrem com as flexibilizações nas relações trabalhistas, que levam a desregulamentações, e, portanto a perda de direitos aos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2011; HARVEY, 2011).

Para Mejía (1996) os movimentos sociais e a educação popular devem proporcionar um reencontro com a sociedade civil no sentido de fortalecer a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Traz que os movimentos sociais possuem um caráter educativo na organização das práticas sociais no processo: “indivíduo-individualização-coletivo”, através de comportamentos e conhecimentos que circulam entre o velho e o novo. O ponto de referência é olhar para a sociedade como uma totalidade, e fortalecer os movimentos sociais no âmbito do microterritório, buscando espaços para conexões macrosociais. Entendemos que os movimentos sociais constituem espaços de ações, que resgatam sociabilidades em prol de uma unidade que é coletiva.

Espaços de Representatividade na Economia Solidária

Para compreendermos sobre a representatividade dos trabalhadores em Economia Solidária nos espaços legitimados de resistência no mundo do trabalho, buscamos compreender que espaços são estes, suas histórias e embasamento político da sociedade civil. Na década de 1990, surge o Movimento Nacional da Economia Solidária fomentando a criação de espaço político. São realizadas Plenárias em todo território brasileiro, com a pauta da Economia Solidária, com participação e apoio do governo federal e de outros países, como a Alemanha, por exemplo. (FBES, 2008).

No Brasil, o governo federal cria em 2003, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, para fomento e apoio formativo e financeiro aos trabalhadores da Economia Solidária, demanda emergente desde o Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre. Em 2003 é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, deliberado na III Plenária Nacional de Economia Solidária. Com a criação do FBES surge o Conselho Nacional de Economia Solidária, representado por “três setores: governo, empreendimentos econômicos e solidários e entidades não governamentais”. (SÍGOLO e MASCARENHAS, 2012, p. 215-216). Em 2004 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. (SCHIOCHET, 2012, p. 37).

Surge a necessidade de organização dos fóruns municipais e locais com o papel de “instrumento” potencializador do movimento da Economia Solidária, e como “espaço de diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária”. (FBES, 2008, p. 9; 55). Nos fóruns podem participar trabalhadores das áreas urbanas e rurais que “exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados”. (FBES, 2008, p. 55). Nas Plenárias Nacionais de Economia Solidária, deliberaram que os trabalhadores devem se encontrar de dois em dois anos, através de Conferências de Economia Solidária, nos âmbitos: nacional, distrital, estaduais, municipais e regionais.

Em 2006 os trabalhadores da Economia Solidária e militantes deliberam na IV Plenária Nacional de Economia Solidária a organização e estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e dos 27 estados brasileiros. Nesses espaços percebemos que os movimentos e os fóruns ganham força e legitimidade. As deliberações estabelecidas nesses espaços de conferências são transpostas para os Fóruns, e têm o papel de estimular à participação dos trabalhadores da Economia Solidária, fortalecendo este movimento. A luta pela formulação de leis e normativas, como a Lei Geral da Economia Solidária, é uma das reivindicações, enquanto uma política pública. Assim como a criação do fundo público para a Economia Solidária, para o desenvolvimento das atividades coletivas, cooperativadas e autogestionárias.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária acontece em 2006, a II em 2010 e a III em 2014. Para Sígolo e Mascarenhas (2012, p. 195) a ação política da Economia Solidária ocorre com a “formação do movimento social da Economia Solidária”. As deliberações são demandas aos Fóruns e entidades governamentais e não governamentais para parceria na formulação da política de Economia Solidária. As deliberações das conferências norteiam as ações dos empreendimentos econômicos solidários.

Entraves nos espaços de representatividade

Os espaços de representatividade da Economia Solidária existem. Mapeamos os espaços de representatividade da sociedade civil na Economia Solidária, e identificamos como espaços de atuação da sociedade civil, norteados economicamente pelos princípios da Economia Solidária: o Movimento Nacional de Economia Solidária; o Fórum Nacional dos Trabalhadores em Economia Solidária; os fóruns estaduais, municipais, regionais e

locais, como por exemplo, o Fórum Gaúcho de Economia Solidária e o Fórum Municipal de Economia Solidária de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O Ministério do Trabalho e Emprego e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária mapearam em 2005-2008 os empreendimentos de Economia Solidária no Brasil. Em 2014, esse mapeamento foi novamente realizado, ano em que a Secretaria Nacional de Economia Solidária inicia as certificações.

Localizamos no âmbito da representação entre governo e sociedade civil o Conselho Nacional de Economia Solidária e os Conselhos Estaduais, como no caso do Rio Grande do Sul, com o funcionamento do CESOL, desde 2013. A Rede Ciranda foi outro espaço mapeado, como forma de comunicação em rede, através da internet, possibilitando a formação de cadeias e redes produtivas, e de espaços para divulgação e comercialização de produtos e serviços. Existe desde 2006 o “Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária”, que teve alteração na nomenclatura em 2007 para: “Programa de Promoção do Comércio Justo e Consumo Consciente”. (MTE-SENAES, 2015).

A flexibilização nas leis trabalhistas, bem como a falta de proteção social dos trabalhadores, inseridos na Economia Solidária, apareceram nos estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de estudo exploratório, intitulada “Feiras de Economia Solidária: possibilidades e limites no processo de comercialização”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Assistência Social e Trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida entre 2013 e 2014, com empreendimentos de economia solidária que comercializam seus serviços e produtos em espaços de Feiras de Economia Solidária, e teve a contribuição de 47 empreendimentos de Economia Solidária, através de aplicação de formulário semiestruturado. O objetivo foi analisar as formas de organização e de gestão dos empreendimentos nos espaços de comercialização de seus produtos em feiras, denominadas de Economia Solidária. O trabalho de campo foi realizado em quatro espaços de comercialização em Feiras de Economia Solidária: Feira do Mercado Público, Feira do Trensurb, Feira da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social da PUCRS e a Feira Microrregional.

A Feira de Economia Solidária é um espaço viabilizado como forma de organização coletiva e de autogestão, para que trabalhadores consigam outra maneira de terem seus produtos comercializados para além do processo comercial da lógica do

mercado. Também é um espaço de trocas – de produtos, de experiências, de conhecimento -, de negociações e de mobilização social para o consumo consciente, para um mundo mais sustentável, como nos traz Amorim (2009). Agrega os empreendimentos que se caracterizam pela “autogestão”, pela valorização da natureza e do “associativismo”, conforme os princípios da economia solidária.

Como resultado da pesquisa a categoria da participação nos processos de organização e de gestão das feiras apareceu com um percentual de 10% dos trabalhadores inseridos nesses espaços organizativos. A falta de representatividade foi um resultado de entraves para o processo de trabalho dos empreendimentos em Economia Solidária. A falta de comunicação foi outra categoria que emergiu no decorrer dos estudos como entrave, na organização e gestão dos espaços das Feiras. Uma das coisas que pode contribuir para o enfrentamento dessa falta de informação por parte de muitos empreendimentos de Economia Solidária, em relação a estes serviços, é a utilização das próprias feiras como espaço de divulgação dos mesmos. As oficinas e palestras que ocorrem nas feiras seriam, certamente, ainda mais úteis e produtivas se fossem usadas, também, com o intuito de divulgar e fazer capacitações a respeito desses e de outros serviços que são voltados para a Economia Solidária.

Buscamos quais eram os espaços existentes para a participação dos trabalhadores engajados na Economia Solidária, como representação de trabalhadores no processo organizativo das feiras, e foram relatados que os Fóruns são os espaços de decisões políticas e de escolhas dessas representações. 89% dos empreendimentos tem na sua essência a identidade de Economia Solidária, como um dos resultados da pesquisa, mas ao mesmo tempo, esses trabalhadores não se reconhecem nos espaços de representatividade para a constituição dos espaços de comercialização em Feiras.

A falta de conhecimento e de formação política dos empreendimentos econômicos solidários para a inserção e a participação nesses espaços são os dificultadores para a representatividade efetiva dos trabalhadores com práticas solidárias, cooperativadas e autogestionárias. Nos resultados da pesquisa, 83% dos empreendimentos não tinham conhecimento e não estavam envolvidos no processo de organização e de gestão das feiras. Existe a solidariedade entre trabalhadores, pela sua forma democrática de funcionamento e de organização na perspectiva do protagonismo social da classe trabalhadora.

Os trabalhadores da Economia Solidária têm a necessidade de organização da feira no seu aspecto coletivo, como forma identitárias, de pertencimento no processo de

trabalho. Podemos entender que a eficiência econômica não está ligada só aos valores materiais ou econômicos, mas na interação entre as pessoas, resultando a valores culturais das práticas solidárias e da identidade territorial.

Considerações Finais

Uma outra sociedade é possível! Este é o lema do movimento da economia solidária, e apesar das dificuldades que os empreendimentos e seus trabalhadores vivenciam, ainda é um grande desafio, principalmente no que diz respeito a prática da autogestão. É possível sim, e muitos empreendimentos estão tentando percorrer este caminho.

Concluimos que a autogestão ainda está em processo de construção, pois nem sempre se efetiva através dos espaços de participação na esfera da sociedade civil e na representatividade do órgão público.

Os empreendimentos da economia solidária pesquisados, demonstram muita dificuldade na execução da autogestão e, portanto, concluimos que uma alternativa seria pensar a autogestão que é possível, e não apenas em relação à autogestão que se deseja.

Referências

ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

AMORIM, Rizioneide Souza e SILVA, Shirlei A. A. **Feiras de Economia Solidária – 2005/2008: experiências ensinantes e aprendentes**. Brasília: Instituto Marista de Solidariedade, 2009.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **o&s**, Salvador, v.17, n.55, p. 605-619, out/dez. 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. Unidade I. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 69-86.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Atlas da Economia Solidária**. Brasília: MTE, 2006. Disponível em:
<[HTTP://PORTAL.MTE.GOV.BR/DATA/FILES/FF8080812C318C92012C371B016F5E](http://portal.mte.gov.br/data/files/ff8080812c318c92012c371b016f5e)

D8/SIES_ATLAS_DA_ECONOMIA_SOLIDARIA_COMPLETO[1].ZIP>. Acesso em: 18 Abr. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Termo de Referência: Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4B7E355E142B/prog_org_feira_termo_feiras.pdf>. Acesso em: 18 Abr. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. Documento Final. Brasília: FBES, 2006.

ESTEVES, Egeu Gómez. "Todos são iguais", "todos são responsáveis" e "todos estão no mesmo barco": os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol.16, n.1, p. 135-148, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172013000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 out. 2014.

Flach, Leonardo. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 4, n. 3, p. 378-389, set./dez. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. Relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Outra economia construindo outros desenvolvimentos!** Relatório Final. Brasília: FBES, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Relatório Final. Brasília: FBES, 2013.

GAIGER, L.I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.

GUTIERREZ, G. L. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, C. G. (Org.). **A empresa sem patrão**. Marília: UNESP, 1997.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, p. 7-19, abr./jun. 1988.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Rev. Katális**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jan./jun. 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Texto Integral. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MAZZEI, Bianca Burdini. **Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR**. 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) – Faculdade de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Londrina, 2006.

MEJÍA, Marco Raúl J. **A transformação social: educação popular no fim do século**. São Paulo: Cortez, 1996.

NASCIMENTO, Cláudio. **Experiências históricas no Brasil**. Tomo IV Autogestão comunal e romantismo utópico-revolucionário no Brasil. Experiências de poder comunal no Brasil. Disponível em: <http://claudioautogestao.com.br/?page_id=23>. Acesso em: 06 nov. 2014.

NICOLLETTI, Mariana Xavier. **Economia solidária e identidade: a autogestão no trabalho como experiência emancipatória**. 2011. 523f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, mar. 2012.

SCHIOCHET, Valmor. Da democratização à autogestão: economia solidária no Brasil. In: BENINI, Édi (et al). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 17-44

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÍGOLO, Vanessa; MASCARENHAS, Thais Silva. Participação popular, espaço público e autogestão. In: BENINI, Édi (et al). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 189-222.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

TUCCI, Celso Geraldo. **A presença de processos autogestionários nos empreendimentos de economia solidária pesquisados pelo SIES e a contribuição do campo CTS**. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos -SP, 2012.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP, ITCP-USP, PW, 2005, p.119-128.